

## **Ano XX nº 5875 – 15 agosto de 2018**

### **Acordos e convenções coletivas caem pós-reforma**

A nova legislação trabalhista trouxe inúmeros prejuízos para os trabalhadores. Uma prova é que o número de convenções coletivas fechadas no primeiro semestre de 2018 teve queda de 45,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

Os dados da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) apontam ainda que nos seis primeiros meses deste ano, a quantidade de acordos coletivos recuou 34%.

Desde que a reforma entrou em vigor, as campanhas salariais têm sido ainda mais difíceis. Pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) revela que nas mesas de negociação têm sido discutidos pontos que tiveram alterações com a nova lei.

Patrões e empregados debatem, por exemplo, a aplicabilidade da revisão do intervalo intrajornada; contribuição sindical; homologação da demissão pelos sindicatos; banco de horas; e permanência da gestante em ambiente insalubre.

Os bancários estão em campanha salarial e já experimentam o gosto ruim da reforma. Os bancos se negam a garantir a ultratividade, mecanismo que foi derrubado pela nova lei e que garantia a manutenção dos direitos, até que um novo acordo fosse assinado.



### **Governo Temer ameaça a Caixa 100% pública**

Mais uma demonstração que o caráter 100% público da Caixa está ameaçado. O Conselho de Administração da empresa anunciou que a escolha dos próximos vice-presidentes do banco será conduzida por consultoria privada através de processo seletivo externo. A medida é mais uma tentativa do governo de acelerar a privatização da instituição e entregá-la ao grande capital.

O CA utiliza a justificativa que é necessário reforçar e fazer uma melhor gestão atribuindo cargos diretivos prioritariamente por “técnicos” advindos do mercado. Os empregados precisam ficar atentos para não deixar que retome a mesma prática adotada na década de 1990.

Por trás do processo seletivo para os postos de direção da Caixa, está a intenção de destruir a necessidade de melhoria da governança nas empresas públicas. Desta forma, retiram a responsabilidade da sociedade democrática e dos movimentos organizados na fiscalização dos recursos públicos para que tenha uma gestão transparente.

Para descaracterizar ainda mais a função social de atender às necessidades da população, por meio de investimento em desenvolvimento do país, os bancos públicos têm adotado, no governo Temer, juros, tarifas e os modelos dos privados.

### **Omissão dos bancos provoca insegurança**

Os bancários são expostos diariamente à falta de segurança nas agências. A preocupação com a categoria só aumenta. No caso dos gerentes, o número de sequestros de familiares cresce assustadoramente no país. Desde 2017 foram 100 casos em que a quadrilha pede o dinheiro das unidades como resgate.

Apesar de esconder as estatísticas de crimes para o movimento sindical, os bancos divulgaram os dados para reportagem do Fantástico da TV Globo, no último domingo (12/08). Só esqueceram de citar que demite sem dó, nem piedade os empregados vítimas dos sequestros. O descaso e omissão das organizações financeiras são claros.

Como prefere preservar a vida dele e dos familiares, o bancário acaba entregando o dinheiro da unidade. Depois de entregar o resgate, o bancário que passa por situação de extrema violência psicológica e física, é demitido. Para os bancos, o dinheiro é o que importa. Inclusive, algumas empresas acusam o empregado de ser comparsa dos criminosos.

Minas Gerais se destaca no número de sequestros de familiares de bancários. Registrou, desde o ano passado, 17 casos, sendo 14 ocorridos apenas de janeiro a agosto, e os crimes eram comandados de dentro de penitenciárias. São Paulo registrou 11 ocorrências.

Durante reuniões, o movimento sindical e CCASP (Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada) cobram ações efetivas para aumentar a segurança bancária. Entre as reivindicações estão cofre inteligente, controlado remotamente, para impedir que o bancário sozinho tenha acesso à abertura do equipamento e evitar o sequestro de gerentes e dos familiares.